

# BRASIL 500 ANOS – ASPECTOS SOCIAIS: A SOCIEDADE BRASILEIRA NO FINAL DO SÉCULO XX

*Ana Maria Frapporti*

## INTRODUÇÃO

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte Constituição da República Federativa do Brasil.

(Preâmbulo da Constituição de 1988)

Pergunta-se:

Será que nós, povo brasileiro, no final do século XX e limiar do século XXI, temos segurança, bem-estar e vivemos com igualdade e justiça, como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social?

A nossa realidade é totalmente adversa ao que foi proposto na Constituição de 1988: no fim do século XX e no limiar do século XXI, o Brasil é um dos campeões mundiais da desigualdade social.

Iniciamos nossa análise pelos povos nativos. Desde a chegada dos europeus até os dias de hoje, os índios, os verdadeiros habitantes e donos desta terra, têm sido considerados um estorvo para o progresso e o desenvolvimento do País. Fala-se muito na necessidade de sua “integração” à sociedade, uma sociedade que se autodenomina “nacional”, passando por cima da cultura e da identidade desses povos. *E qual é a finalidade desta*

---

Ana Maria Frapporti é professora de História, especialista em História da América Latina.

*permanente proposta de “integração”*? O livre acesso aos territórios por eles ocupados, a expropriação sem controle, o saque inescrupuloso das riquezas naturais existentes em seu solo e subsolo. Como exemplo, temos a prática da *biopirataria*: falsos turistas vestidos de “missionários” furtam dos povos indígenas conhecimentos tradicionais sobre recursos medicinais que a floresta tropical oferece, inclusive para patenteá-los. Há também casos de extrema violência, por exemplo, o caso do índio pataxó, Galvão Jesus dos Santos, alvo da brutalidade gratuita de jovens que, na madrugada de 20 de abril de 1997, em Brasília, atearam-lhe fogo.

Quanto ao negro, a escravidão imposta durante séculos repercute até os dias de hoje; o seu passado de escravo gerou, no inconsciente coletivo, a falsa convicção de seu baixo valor, criando-se um preconceito que pode manifestar-se de diversas formas: muitos negros internalizaram um complexo de inferioridade em relação à sua condição e, por isso, não assumem a negritude, tendo como padrão ideal a situação do branco.

A abolição tardia da escravidão foi determinante para que se chegasse à condição social vivida hoje pela população de origem negra, determinando um processo de exclusão. Principalmente com a chegada de milhões de imigrantes europeus para trabalhar na agricultura, o negro liberto não conseguiu emprego como “homem livre”.

A pirâmide social coloca homens brancos e mulheres brancas no topo, e homens e mulheres negros na base, estando a mulher negra em situação pior. Pesquisa do Dieese/Seade de 1994, na região metropolitana de São Paulo, revelou:

- 62,7% das mulheres negras não haviam terminado as séries iniciais;
- as mulheres brancas apresentavam uma renda média de 3,9 salários mínimos, contra 1,9 salários mínimos das mulheres negras;
- os homens brancos recebiam 4,2 salários mínimos de renda média, contra 2,4 salários mínimos dos homens negros.

Segundo, o IBGE, dados de 1996, a taxa de mortalidade infantil entre crianças pardas e negras até 5 anos era de 76 crianças para cada mil crianças nascidas vivas, e de 46 para as crianças brancas.

Uma pesquisa realizada pela Unicamp demonstra que a diferença nas taxas de mortalidade infantil entre negros e brancos cresceu de 21%, em 1980, para 40%, em 1990.

Em relação ao trabalho escravo contemporâneo, no final do século XX, há trabalhadores escravizados no Brasil. Em 1993, a OIT afirmou que o Brasil é um dos nove países do mundo com problemas sérios de escravidão sob forma de “cativo de dívida”. Segundo a Organização Inglesa Antiescravidão Internacional, que é uma ONG, na maioria dos

casos, os trabalhadores são obrigados a contrair dívidas que nunca podem pagar e, por causa dessas dívidas, são obrigados a trabalhar em regime de escravidão. Conforme o jornal *O Globo*, de 23 de junho de 1995, o Ministério do Trabalho estimou que 8 mil adultos e 2 mil crianças viviam em condições de semi-escravidão e escravidão, numa área de 400 mil hectares, em carvoarias do Mato Grosso do Sul.

Também em relação ao trabalho infantil, segundo a OIT, havia no Brasil, em 1996, 7,5 milhões de crianças e adolescentes trabalhando como adultos. Há testemunhos de fiscais que presenciaram crianças de chupetas na boca e com uma enxada na mão.

Segundo o jornal *O Globo*, de 12 de abril de 1988, em Fortaleza, no Ceará, “menina de 11 anos vive no lixo”, isto é, passa o dia entre moscas e gases fétidos, ganhando a bagatela de um dólar diário.

No aspecto da prostituição infantil, “o pornoturismo” revela uma modalidade de turismo que oferece como atração meninas virgens em idade entre 10 e 11 anos. O “pornoturismo” existe em pelo menos três capitais brasileiras: Salvador, Fortaleza e Recife.

Com referência à discriminação da mulher no contexto atual da sociedade, devido aos avanços que a mesma fez em vários setores, já quase ninguém se atreve, em teoria, a afirmar que a mulher é inferior ao homem, como ser humano. A prática, porém, se distancia da teoria:

- há o drama das mulheres desempregadas;
- as mulheres trabalhadoras rurais enfrentam, no dia-a-dia, mais dificuldades que as mulheres trabalhadoras urbanas;
- persiste, ainda, certa estrutura familiar e padrão cultural em que as mulheres ficam sob a tutela dos homens;
- há mulheres que, para evitar que os filhos passem fome, sujeitam-se a qualquer tipo de serviço, inclusive a prostituição;
- a violência moral e física continua atingindo o mundo feminino em qualquer classe social.

Contudo, as mulheres continuam a maioria, sendo 51% da população na sociedade brasileira. A mudança mais significativa ocorreu no mercado de trabalho durante os anos 90: cresceu 70% o contingente de mulheres economicamente ativas no País em relação às duas décadas anteriores. A mulher tem-se destacado praticamente em todas as áreas da atividade humana, sejam econômicas, educacionais, políticas ou outras.

Relacionando o aspecto da população com a educação, apesar da redução do número de filhos e do aumento da média de vida, o Brasil continua sendo um país de população jovem. Quase metade dos brasileiros têm menos de 19 anos. No entanto, cerca de 30% das crianças e jo-

vens entre 10 e 17 anos trabalham e sustentam a família, o que reflete o baixo nível de escolarização. Enquanto no mundo civilizado a porcentagem da população que completa as séries iniciais é de 100%, no Brasil, apenas 39% concluem a primeira etapa do Ensino Fundamental.

O Brasil, segundo os Indicadores Sociais do IBGE, apresentou uma taxa de 14,7% de analfabetos em 1997. Outro aspecto a ser considerado são os filhos do desleixo: um milhão de crianças geradas por adolescentes nascem, por ano, no Brasil, sendo que apenas 10% conseguem estudar; as demais se transformam em indigentes de rua, pivetes, etc.

Em relação à população sem emprego, conforme os dados do IBGE relativos aos Indicadores de Trabalho e Renda, o Brasil contava, no mês de março, 1.462.847 desempregados.

Apesar de diversos planos econômicos e de muitas lutas populares, a economia brasileira continua fazendo a riqueza de poucos e a miséria de muitos. Dados publicados pela *Folha de São Paulo*, no início da década de 1990, revelam que, no Brasil, existiam 64 milhões de pessoas vivendo em estado de exclusão social. Destes, 25 milhões são, segundo a ONU, miseráveis, ou seja, aqueles que têm renda diária inferior a um dólar. Cerca de 45% dos miseráveis brasileiros estão no Nordeste, e 83% são analfabetos funcionais, isto é, não completaram as séries iniciais.

Em relação à distribuição de terras, 3% dos proprietários detêm mais de 50% das áreas agricultáveis, enquanto cerca de 80% ficam com menos de 25% de terras. E, ainda, há quase 5 milhões de famílias rurais sem terra.

Em 1994, segundo dados do próprio governo, existiam 32 milhões de pessoas passando fome.

Considerando a questão habitacional, no início dos anos 90, faltavam, no Brasil, cerca de 10 milhões de moradias, ou seja, aproximadamente 50 milhões de brasileiros viviam em condições extremamente precárias, em favelas, cortiços, loteamentos clandestinos, choupanas e casbres, embaixo de viadutos, nas ruas e praças.

Analisando o aspecto da degradação do meio ambiente, o surgimento da consciência ecológica, que vem-se manifestando com força cada vez maior no Brasil, ocorre, de fato, muito tarde: deveria ter surgido na época da vinda dos europeus, os quais se apossaram desta terra, espoliando os recursos naturais em nome do lucro. Também a poluição contemporânea, com o total desrespeito ao solo, à água, à fauna e à flora é a causa da degradação do meio ambiente, o que acentua cada vez mais o desequilíbrio na qualidade de vida da população brasileira.

Não foi por acaso que surgiu a desigualdade social que vivemos: fome, desemprego, drogas, violência, baixos salários, aposentadorias aviltadas,

imensas filas nas instituições do Sistema Único de Saúde e uma condição de miséria generalizada. É uma situação cujas causas não são de tempos recentes, mas provêm de fatores históricos. Aqui se fazem presentes as conseqüências da concentração fundiária, da dependência, do escravismo, da produção voltada para o mercado externo, da elite dirigente autoritária, insensível aos dramas sociais e extremamente ávida de riquezas.

Os agudos contrastes sociais e os protestos contra esse estado de coisas manifestaram-se muito cedo no Brasil, nas inúmeras rebeliões escravas, sendo que adquiriram uma forma bastante clara na Conjuração Baiana, em 1798. Ao lado desses motins de caráter marcadamente social, outra vertente foi representada pelas insurreições anticoloniais que se manifestaram pela primeira vez na Revolta de Beckmann, em 1684.

Também durante a Regência, eclodiram movimentos populares como a Cabanagem, no Pará, e a Balaiada, no Maranhão, além de levantes como o dos malês, na Bahia, explicitando um vasto painel de contrastes acumulados.

“Solucionada” a questão escravista em 1888, os movimentos sociais ganharam como eixo o operariado industrial. À medida que a modernidade foi ampliando o leque de trabalhadores, quer das empresas privadas, quer das públicas, o caráter de uma economia excludente, atendendo aos interesses multinacionais, jogou na miséria milhões de trabalhadores, comprimindo e proletarizando a classe média. Segundo estudos do Banco Interamericano de Desenvolvimento, divulgados em novembro de 1998, os 10% mais ricos do Brasil detêm uma renda *per capita* 58 vezes maior que os 10% mais pobres, acentuando o imenso abismo social.

Assim, em decorrência das diferenças sociais históricas, o País passou gradativamente a viver com movimentos sociais urbanos, as greves, as paralisações, proliferando o número de associações de empregados, de sindicatos, de confederações, na tentativa de amenizar o arrocho salarial permanente e melhorar as condições de trabalho. E hoje, mais do que nunca, procura-se manter a conquista daqueles direitos sociais constantemente ameaçados. Por outro lado, também os movimentos sociais rurais partiram de uma reação contra a situação de violência no campo. A partir de 1985, acelerou-se no País o confronto pela posse da terra e, conseqüentemente, ocorreram assassinatos de camponeses, sindicalistas rurais, religiosos, muitos a mando de proprietários de terras. Não é em vão que existem os movimentos dos trabalhadores sem terra em todo o País.

O capitalismo dependente e selvagem, que ainda se pratica, submete a população a uma profunda injustiça social, centrada na concentração

da renda. Apesar de tudo, a última década do século XX apresenta-se, para os brasileiros, como uma época de vitórias:

- o País saiu da ditadura;
- conseguiu o *impeachment* de Collor;
- deliberou, em forma de plebiscito, o tipo de regime e a forma de governo que lhe convinha;
- tem elegido, dentro das normalidades democráticas, o presidente da República.

Felizmente, chegamos a uma época em que os brasileiros começam a se constituir numa sociedade civil, redescobrando a sua condição de indivíduos com direitos civis e políticos e reconhecendo o exercício da cidadania; começando, ainda que incipientemente, a ter uma nova postura diante da corrupção; passando da aceitação à indignação e à exigência de controle e punições. Assim, assiste-se, no Brasil, a um vigoroso processo de constituição e atuação de grupos: sindicatos e associações de classes, entidades científicas, artísticas e culturais, representações de minorias e de toda sorte de excluídos (mulheres, negros, homossexuais, aidéticos) e outros.

O Brasil também começa a participar das ONGs que atuam nas mais diferentes áreas ligadas às grandes questões coletivas, como a ecologia, o meio ambiente, os direitos humanos, as crianças, os idosos, a violência, a paz mundial, etc.

Sabemos que a sensação de vitória vivida pelos brasileiros neste final de século provém principalmente das conquistas esportivas: vôlei masculino, equipes femininas de vôlei e basquete, que fizeram o orgulho nacional; também o desempenho de Ayrton Senna, tricampeão de Fórmula 1, e a conquista do tetracampeonato de futebol.

Não podemos, porém, esquecer que um dos principais responsáveis pela criação do clima de euforia e vitória foi o desempenho da imprensa brasileira, particularmente da televisão, que cria a imagem de um povo acima de tudo feliz, capaz de divertir a si próprio e aos outros, independentemente das crises e tragédias que o atingem constantemente.

Por isso e para isso, é necessária a organização de uma verdadeira sociedade democrática, na qual realmente exista a igualdade de direitos, independente de cor, sexo, grau de instrução ou condição econômica. Que cada um possa usufruir de todos os bens econômicos e sociais indispensáveis a uma vida digna na sociedade atual.

Para o aumento da participação política é condição *sine qua non* a redução da influência do poder econômico nas eleições e a ênfase na educação básica de qualidade para todos. (Aqui, quero frisar e ressaltar o nos-

so papel de educadores e, principalmente, professores da disciplina de História, na responsabilidade e comprometimento de formar cidadãos conscientes e críticos, conhecedores da história e atuantes como sujeitos). Somente assim, com consciência de cidadania, os brasileiros passarão a ter condições de analisar os programas dos diferentes partidos políticos e candidatos e votar em quem está mais comprometido com o interesse da maioria da população. Pois, para termos um verdadeiro Estado democrático, é preciso que os políticos deixem de estar a serviço de determinados grupos e passem a servir aos interesses da população. Também é necessário reduzir o Poder Executivo, fortalecer o Legislativo e fazer com que o Judiciário atue de forma mais eqüitativa, colocando em prática o princípio contratual e democrático de que *todos são iguais perante a lei*.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL, Constituição. *Constituição: República Federativa do Brasil*. OAB. Seção do Rio Grande do Sul, 1988.
- CNICB, *Dignidade humana e paz: novo milênio sem exclusões: texto base/ CONIC*. São Paulo: Editora Salesiana Dom Bosco, 2000.
- FLEURY, Sônia. *Estado sem cidadãos*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1994.
- GIANSANTI, Roberto e OLIVA, Jaime. *Espaço e modernidade: temas da geografia do Brasil*. São Paulo: Atual, 1999.
- OLIVEIRA, Jane Souto de. *O traço da desigualdade no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1993.